

Políticas Públicas de Avaliação da Educação Superior: conceitos e desafios

Public politics of Higher Education Evaluation: concepts and challenges

Prof^a Dr^a Maria Amélia Sabbag Zainko¹

Resumo:

O artigo dedica-se a analisar as implicações da avaliação externa no ensino superior. Para isto resgata a trajetória da discussão da avaliação no Brasil, desde seus primórdios no contexto do regime militar, passa pelo debate no período da redemocratização e a proposição de um Plano de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras. Finalmente analisa os contornos que a avaliação assume na década de 1990 e os limites e possibilidades da constituição de uma cultura de avaliação no âmbito da regulamentação do Sistema de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

Palavras-chave: Ensino Superior; SINAES; Avaliação Educacional.

Abstract:

The article focuses on analyzing the implications of evaluation in higher education. To recover the trajectory of this discussion of evaluation in Brazil since its beginning in the context of the military regime goes through during the debate in the period of the return o democracy and the proposition of a Plan of Institutional Evaluation of Brazilian Universities. Finally examines the contours that the assessment is in the 1990s and the limits and possibilities of building a culture of assessment within the regulation of Evaluation System of Higher Education - SINAES.

Key-words: Higher Education; SINAES; Educational Evaluation.

¹Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná. Doutora em Educação pela UNESP. maszainko@uol.com.br.

A avaliação da educação superior no contexto das transformações mundiais nos remete à reflexão sobre os desafios a que estão submetidas as universidades contemporâneas, em especial as dos países em desenvolvimento, tendo presente a sua difícil e contraditória missão que é a de participar do processo de desenvolvimento econômico e social, pela produção do conhecimento por meio da pesquisa e pela formação de profissionais que de alguma forma vão estar a serviço do sistema.

A globalização é, sem dúvida alguma, um dos fenômenos ligados às transformações mundiais da sociedade contemporânea que exercem maior influência sobre o ser e o fazer da universidade.

Alguns de seus significados têm implicações diretas sobre o processo de (re) discussão do papel da universidade contemporânea na construção de uma “globalização alternativa” que contribua para um desenvolvimento social e humano mais justo e menos excludente.

Se para alguns ela (a globalização) continua a ser considerada como o grande triunfo da racionalidade, da inovação e da liberdade capaz de produzir progresso infinito e abundância ilimitada, para outros ela é anátema já que no seu bojo ela transporta a miséria, a marginalização e a exclusão da grande maioria da população mundial... (Santos, 2002, p. 53).

Para Edgar Morin, 2002 superar a globalização técnico-econômica passa pela concepção de uma “nova” universidade que possa liderar as reformas em busca de outra globalização cuja divisa seja: “o mundo não é uma mercadoria”.

Dessa maneira é necessário estar consciente de que a raiz do fenômeno enfrentado pelo homem moderno, a mais insidiosa doença que põe em risco a integridade de seu próprio *habitat*, está nele mesmo. E de sua consciência de participação depende a saúde de todo o planeta. Por isso é preciso alimentá-lo, saciando a sua fome de comida, de emprego, de trabalho, de renda, de água potável, de habitação, de saneamento básico, de liberdade, de participação, de conhecimento, de saber, de saber pensar...

Por isso, “a universidade de hoje deve tematizar a sua função formativa. Na formação de pessoal de nível superior deve ser levada em conta a significação social dos conhecimentos e habilidades como um dos importantes critérios de qualidade acadêmica” (Dias Sobrinho, 2000: 32).

Para tanto, é preciso que de forma circular se pense e repense a cada momento, a partir de práticas sistemáticas de avaliação como uma salutar maneira de prestar contas a sociedade e de se auto-conhecer.

É esse auto-retrato em processo permanente de auto-estudo, avaliação externa e reavaliação que resgatará como princípio articulador da avaliação a sua função diagnóstica, procedendo à indicação de situações problemáticas, as alternativas para a correção dos rumos e, portanto, se constituindo em poderoso instrumental dialético de identificação de novos rumos para a prática universitária.

Uma prática balizada por conceitos claramente explicitados e pelo engajamento de todos os responsáveis no fazer universitário no processo de construção cotidiana e coletiva de uma Universidade em constante aperfeiçoamento.

Uma Universidade que se auto-conhece e que com o olhar voltado para a utopia da construção de uma nova sociedade vai lenta e progressivamente se transformando em uma “nova” Universidade.

A construção dessa nova Universidade deve necessariamente ter na avaliação seu instrumento mais fundamental para a mudança que se faz necessária. Uma avaliação como processo sistemático, participativo, democrático e principalmente de caráter construtivo, possibilitando a indispensável autocrítica, identificando pontos positivos e problemáticos da instituição universitária, indicando as questões prioritárias para o melhoramento da qualidade dos processos institucionais: ensino, pesquisa, extensão, gestão.

Neste processo complexo, mas fundamental, três tipos de movimentos seqüenciais e complementares, conforme já afirmamos, se fazem necessários: a auto-avaliação, como

autoconhecimento, que pressupõe uma análise interna e a avaliação externa ou o olhar externo por parte de um corpo de especialistas que, a partir do conhecimento dos resultados do movimento interno e dos documentos produzidos pela auto-avaliação, aprofunda as análises ressaltando os pontos fortes e ajuda a comunidade acadêmica a melhorar, a compreender e a buscar na reavaliação uma visão positiva de seu projeto de desenvolvimento institucional.

A dificuldade para se estabelecer esses tipos de movimentos está quase sempre associada à ausência de uma cultura de avaliação. Há um medo involuntário daquilo que não conhecemos.

A avaliação presente como princípio educativo no processo de formação “é uma resposta ao desejo de ruptura das inércias, é por em movimento um conjunto articulado de estudos, análises, reflexões e juízos de valor que tenham alguma força de transformação qualitativa...” (Dias Sobrinho, 1996 apud Zainko, 2002).

Na realidade atual, a avaliação das instituições de educação superior, universitárias ou não, se faz indispensável, em relação à qualidade acadêmica dos processos de formação / informação de diferentes cidadãos e profissionais.

Neste sentido se insere e ganha relevância a elaboração / revisão dos conceitos que sustentam os projetos de avaliação que se desenvolvem no interior das Universidades, principalmente quando estas são estimuladas a elaborar e a dar consistência aos seus Planos de Desenvolvimento Institucional. (Zainko, 2003)

O processo de construção histórica da avaliação da educação superior no Brasil é marcado por avanços e retrocessos.

Como a educação de nível superior consiste em algo relativamente recente na história do Brasil, se comparada com a tradição milenar das universidades européias, a avaliação deste nível de educação também o é.

A proposta de avaliação em caráter mais sistematizado remonta ao início da década de sessenta quando o governo militar que vigorou

no País de 1964 a 1985 a título de modernização submete a educação a um modelo “produtivista” de eficiência, como se as instituições educacionais fossem organizações semelhantes a empresas privadas.

O Grupo de Trabalho que propôs a Reforma Universitária de 1968 procede a um amplo diagnóstico e detecta a necessidade de incrementar o número de matrículas na Educação Superior acompanhando a tendência vigente em outros países de um fenômeno chamado de massificação.

Tem início aí o “boom” da expansão da Educação Superior com aumento indiscriminado de instituições e de matrículas, sem que com isso fosse assegurada a democratização do acesso com garantia de permanência e qualidade.

Na década de 1980 com o esgotamento do modelo militar e já caminhando para a redemocratização do País a avaliação da educação superior ganha destaque e é concebida como instrumento para a implementação de políticas que permitam a superação da crise que vive a universidade. O *Programa de Avaliação da Reforma Universitária* (PARU), de 1983 é produzido a partir de levantamento de dados e apreciação crítica da realidade da educação superior nacional, mediados por estudos, discussões e pesquisas, com a finalidade de realizar uma avaliação comparativa de todo o sistema.

Com a sua desativação em 1984 e com o entendimento de que a avaliação é instrumento essencial no controle da educação superior é criada em 1985 a Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior, conhecida como a Comissão de Notáveis que, a partir de consultas à sociedade e, em particular, à comunidade universitária, deve propor soluções urgentes aos problemas da educação superior.

A comissão apresenta o relatório *Uma Nova Política Para a Educação Superior*, no qual destaca como um dos mais graves problemas do ensino superior brasileiro a falta de parâmetros para que o governo tenha uma política racional de alocação de recursos públicos, que fortaleça as melhores instituições e induza as

demais ao aperfeiçoamento. Indica ainda que a avaliação do ensino superior seja realizada a partir das seguintes dimensões: *avaliação dos cursos*, *avaliação dos alunos*; *avaliação dos professores*, *avaliação didático-pedagógica do ensino*; *avaliação de servidores técnicos e administrativos*; e *avaliação das carreiras*.

O documento por ela produzido não vai ao encontro das expectativas do Estado quanto à forma de controle da educação superior e é reformulado, ou melhor, significativamente modificado pelo Grupo Executivo para a Reforma da Educação Superior (GERES).

Na concepção do GERES os representantes dos órgãos governamentais – embora possam contar com a colaboração da comunidade acadêmica – constituem-se nos principais atores do processo avaliativo e a proposta de avaliação fundamenta-se em uma concepção regulatória da educação superior, dando enfoque às dimensões individuais (do alunado, dos cursos e das instituições).

A avaliação de desempenho cumpre papel importante tanto do ponto de vista do controle social da utilização de recursos, como também no processo de formulação de políticas e de estabelecimento de normas para o sistema educacional.

A alocação de recursos públicos deve se dar em função do desempenho e devem ser direcionados, prioritariamente, às instituições com padrões internacionais de pesquisa e produção acadêmica os “Centros de Excelência”.

O GERES é combatido de forma muito intensa pelo movimento docente que por meio de sua associação – ANDES – lança a proposta de um padrão unitário de qualidade para a universidade brasileira.

Assiste-se nos primeiros anos da década de 1990 no Brasil a existência de modelos avaliativos em conflito que defendem pressupostos diversos de educação superior, pautados em diferentes concepções de avaliação.

No governo Fernando Collor de Mello a concepção de avaliação da educação superior,

articulada às demandas da reforma do Estado, pauta-se em uma ação centralizadora, autoritária e controladora por parte do Estado em relação às instituições de educação superior. A intenção de incrementar a eficiência e a produtividade das instituições de educação superior preocupa o meio acadêmico.

São instituídas as Comissões de Especialistas de Ensino com a incumbência de prestar assessoria à SESu na instalação de um processo permanente de avaliação, acompanhamento e melhoria dos padrões de qualidade do ensino superior.

Com o impeachment de Collor e já no Governo Itamar Franco atendendo a uma demanda da comunidade acadêmica, pela Portaria nº 130, de 14 de julho de 1993, o Secretário da Educação Superior do MEC cria a Comissão Nacional de Avaliação com o objetivo de estabelecer diretrizes e viabilizar a implementação do processo de avaliação institucional nas universidades brasileiras. É criado o PAIUB, primeiro programa de avaliação institucional da Universidade Brasileira.

O PAIUB definiu avaliação como

Um processo contínuo de aperfeiçoamento acadêmico; uma ferramenta para o planejamento da gestão universitária; um processo sistemático de prestação de contas à sociedade; um processo de atribuição de valor... a partir de parâmetros derivados dos objetivos; um processo criativo de auto-crítica.

Ristoff (2003) nos fornece elementos para identificar no PAIUB algumas preocupações: - a natureza formativa da avaliação, - o caráter sistemático do processo, - a idéia da prestação de contas à sociedade, - a idéia da avaliação como instrumento útil à administração educacional e - a idéia da avaliação centrada nos objetivos, acenando para um processo contínuo e com maior grau de complexidade.

Para Dias Sobrinho (1995), a avaliação institucional é *um empreendimento sistemático que busca a compreensão global da universidade, pelo reconhecimento e pela integração de suas diversas dimensões*. A definição de Dias Sobrinho amplia a concepção de processo

complexo e dá destaque à necessidade de superação da visão fragmentada ou pontual das atividades avaliativas.

Segundo Isaura Belloni,

A avaliação institucional é um empreendimento que busca a promoção da tomada de consciência sobre a instituição. Seu objetivo é melhorar a universidade. A autoconsciência institucional constitui importante subsídio para o processo da tomada de decisão, tanto em nível individual quanto em nível coletivo, da instituição como um todo, com vistas ao seu aperfeiçoamento, e tem como ponto de fundamental importância a intensa participação de seus membros tanto na forma de encaminhar a avaliação na identificação de critérios e procedimentos, como na utilização dos resultados (1995).

O que parece ressaltar desta definição, ainda segundo Ristoff (2003) é a preocupação com o processo educacional da avaliação, na medida em que desperta a consciência dos indivíduos sobre o seu papel e o da instituição, bem como chama a atenção para a avaliação como processo de constante negociação, desde a decisão de iniciá-lo, até a sua implementação e a utilização dos resultados. Tal concepção vai mais uma vez reforçar a necessidade de uma participação efetiva dos diferentes atores e, portanto, a imprescindível construção de uma cultura avaliativa.

Neste modelo avaliativo, cabe ao MEC articular, viabilizar e financiar a avaliação da educação superior, estimulando a adesão voluntária das instituições a esta prática avaliativa. A avaliação é compreendida enquanto um processo de acompanhamento metódico das ações realizadas pela instituição de educação superior, com vistas a averiguar em que medida são cumpridas e atendidas as funções e prioridades delimitadas coletivamente.

Com a titularidade da avaliação nas mãos da comunidade acadêmica e a educação entendida como um bem público, o PAIUB aposta na construção de práticas avaliativas que sejam participativas, contínuas e sistemáticas, afinadas com o debate público e com a função social da educação superior no momento histórico.

Com a mudança de Governo e a assunção de Fernando Henrique Cardoso em 1995, o modelo avaliativo do PAIUB não se mostra adequado enquanto alicerce para dar os subsídios necessários ao MEC para o desempenho das funções de coordenação e controle do sistema de educação superior.

É demandada uma prática avaliativa que apresente mais afinidade com os pressupostos de redução do papel do Estado no provimento de ensino superior, que lhe possibilite, contudo, manter o controle último do sistema. Interessa a constituição de um sistema avaliativo que tenha como um de seus pilares a averiguação dos produtos educacionais, em especial daqueles relacionados ao ensino, que possibilite constatar quais conhecimentos (e em que medida) são adquiridos pelos alunos ao longo do ensino superior e que possa ser organizado de forma que permita a comparabilidade entre as *performances* das diferentes instituições.

Pela Lei 9.131/95 é estabelecido o Exame Nacional de Cursos, que ficou popularmente conhecido como Provão e que, fruto de uma bem articulada campanha de marketing, caiu no gosto da população.

Os procedimentos adotados para as avaliações incluíam, necessariamente, a realização, a cada ano, de exames nacionais com base nos conteúdos mínimos estabelecidos para cada curso, previamente divulgados e destinados a aferir os conhecimentos e competências, adquiridos pelos alunos em fase de conclusão dos cursos de graduação.

Com o término do mandato de FHC e a partir da posse de Luiz Inácio Lula da Silva na Presidência da República em 2003, ocorre uma série de mudanças nas políticas de educação superior, dentre as quais constam as políticas de avaliação. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) implementado pelo governo encerra uma série de possibilidades se comparado à sistemática adotada pelo governo anterior.

Cunha, 2003, de forma enfática, assegura que a avaliação educacional existe em decorrência

de um projeto pedagógico que deve estar explícito para os sujeitos que a desenvolvem. Ao avaliar, são estabelecidos critérios de análise em relação a alguma idéia ou formulação. Portanto, definir um processo de avaliação para o ensino superior brasileiro exige a formulação clara do que o mesmo está propondo para si.

A avaliação não se define só em decorrência dos processos educativos. Ela é também uma estrutura de poder que conforma as instituições e as pessoas, atingindo-as nas suas subjetividades; tem relações com a divisão social do trabalho e com o mundo da produção. Entendida como processo, deve mobilizar as pessoas que a realizam para que os efeitos sejam eficientes e eficazes. Para isso é necessário um elemento de protagonismo dos sujeitos envolvidos e de equilíbrio entre as dimensões regulatórias e emancipatórias para que ela possa exercitar seu caráter educativo. Nesse sentido as perspectivas quantitativas e qualitativas devem ser complementares e não antagônicas (CUNHA, 2003).

O SINAES tem por finalidade a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social, e especialmente a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. (PORTARIA MEC Nº 2.051/04, art. 1º).

Com ele o MEC pretende proporcionar a articulação da ação de regulação estatal da educação superior com a dimensão de emancipação das IES e da prática educativa realizada por estas – levando-se em consideração, evidentemente, os limites e possibilidades históricas para tanto.

Os membros da comunidade acadêmica constituem-se como sujeitos da prática avaliativa – que engloba a avaliação das IES, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico –

afinal esta se configura enquanto condição “*sine qua non*” para a realização de uma “análise global e integrada do conjunto das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais da instituição de educação superior.” (PORTARIA MEC Nº 2.051/04, art. 8º)

Buscando consolidar uma cultura de avaliação institucional na qual fique evidente a mudança de concepção de avaliação que supera a sua fase estática característica do Provão passando para uma forma de avaliação processual e dinâmica, o SINAES encerra o seu primeiro ciclo de três anos com vícios que estiveram presentes na sua origem.

Os problemas mais evidentes e que demandam providências são: a fragilidade da “cultura de avaliação”, a insuficiência de pessoal capacitado para dar conta da avaliação em nova concepção, as dificuldades da composição política da CONAES, a insuficiência de pessoal técnico para a análise dos relatórios de auto-avaliação.

Nas IES a constituição da Comissão Própria de Avaliação - CPA esbarra em problemas políticos e na escassez de pessoal familiarizado com a questão, na insuficiência de discussões internas e nas dificuldades para a realização da auto-avaliação.

No MEC o principal problema é a concepção de que a avaliação deve ser sustentada por índices de desenvolvimento pautados por indicadores quantitativos que permitam a elaboração de “ranking”. O que se vê com o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) é o que se viu no nascedouro do SINAES na tentativa de transformá-lo em IDES (Índice de Desenvolvimento da Educação Superior).

Atualmente em nome do SINAES e ao mesmo tempo sepultando seus principais fundamentos vêm aí as novidades: conceito preliminar de cursos - CPC, Indicador de desempenho esperado e observado - IDD e índice geral dos cursos - ICG.

Referencias Bibliográficas

- ALVES, R. *Primeira lição para os educadores*, site Aprendiz, colunas - Uol, dez. 2001, acessado em 20 de fevereiro de 2004.
- ANNAN, K. Tendências e Debates. *Folha de São Paulo*, caderno I, 2002, p. 03
- ASSMANN, Hugo. *Reencantar a educação*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- BANCO MUNDIAL. *La enseñanza superior. Las lecciones derivadas de la experiencia*. Banco Mundial, Washington, D.C., EUA, 1995.
- BELLONI, I. *Avaliação Institucional na Universidade de Brasília*. Brasília, 1995, mimeo.
- BOURDIEU, Pierre. *Escritos de educação*. Organizado por Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- BOURDIEU, P. *Méditations pascaliennes*. Paris: Éditions Seuil, 1997b.
- BUARQUE, C. *Pequeno dicionário da crise universitária*, UFSC, 1992.
- BUARQUE, C. O destino da Universidade, *Cadernos APUFPR*, nº 1, julho 1991.
- BUARQUE, C. *A Universidade numa encruzilhada*. Brasília: UNESCO, 2003
- CHAUÍ, M. *Escritos sobre universidade*, S.Paulo: Editora UNESP, 2001
- CHOMSKY, N. Democracia e mercados na nova ordem mundial, in P. Gentili (org.), 2001, *Globalização excludente*, Petrópolis: Editora Vozes, 2001
- CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO SUPERIOR, *Tendências da educação Superior para o século XXI: anais*. Brasília, UNESCO, 1999.
- CONEAU - Comisión Nacional de Evaluación y Acreditación Universitária. *Lineamentos de la evaluación institucional*. M.C.E. Buenos Aires, Argentina, 1997.
- CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO SUPERIOR. *Tendências da educação superior para o século XXI: anais*, Brasília, UNESCO, 1999.
- CONSEIL NATIONAL DE L'Évaluation (CNE) *L'Évaluation au service de l'avenir. Rapport annuel*. Paris, Documentation Française, 2000
- COSTA, E. V. História não é só memória, Idéias, *Jornal do Brasil*, 18/6/88, p. 10 -11
- CUNHA, M.I. *A avaliação da Educação Superior*, CEA – Comissão Especial de Avaliação da Educação Superior, MEC/SESU, abril de 2003, mimeo.
- DEMO, P. *A pesquisa como princípio educativo*. São Paulo: Cortez Editores Associados, 1995
- DESAULNIERS, J. B.R. (org.) *Fenômeno: uma teia complexa de relações*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.
- DIAS, F. C. *Construção do Sistema Universitário no Brasil*. CRUB, 1989. p. 25
- DIAS, M.A.R. *Année 2003 – Iêtemps pour une université qui participe á la exclusion de l'exclusion*. Paris: Université des Nations Unies- UNU, (mimeo), 2003.
- DIAS SOBRINHO, J. Avaliação institucional: marcos teóricos e políticos. *Avaliação*, Campinas, SP, ano, nº. 1, jul, 1996.
- _____. *Avaliação da educação superior*, Petrópolis: Vozes, 2000
- _____. Quase-mercado, Quase-educação, Quase-qualidade: tendências e tensões na Educação Superior. *Avaliação*, Campinas, SP, ano nº 7, vol. 7, nº 1, mar. 2002
- _____. Tendências Internacionais da Educação Superior in ZAINKO, M. A. S., GISI, M. L. (org). *Políticas e Gestão da Educação Superior*. Curitiba: Champagnat/ INSULAR, 2003
- _____. *Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior*. São Paulo: Cortez, 2003.
- DIAS SOBRINHO, J. e RISTOFF, D. I., *Avaliação democrática – para uma universidade cidadã*, Florianópolis: Editora Insular, 2002

- ELIAS, M. D. C. e FELDMANN, M. G. In: FAZENDA, I. *Práticas in-terdisciplinares na escola*. São Paulo: Cortez, 1999.
- FAZENDA, I. C. A. *Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa*. Campinas SP: Papyrus, 1994.
- GOERGEN, P. A avaliação universitária na perspectiva da pós-modernidade. *Avaliação*, Ano 2, vol. 2 – nº 3(5) – set. 1997.
- GOERGEN, P. Ciência e mercado: o papel formador da universidade, *Proposições*, Vol 8, nº 2(23) – março 1999.
- GOERGEN, P. *Universidade e globalização: entre a adesão e o dissenso*. Curitiba: Champagnat/ INSULAR, 2002.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- LÉVY, P. *O fogo liberador*. São Paulo: Editora Iluminuras, 2000.
- LUCARELLI, E. Um desafio institucional: inovação e formação pedagógica do docente universitário. In CASTANHO, S. e CASTANHO M. E. (orgs). *O que há de novo no ensino superior*. Campinas, SP: Papyrus, 2000.
- MARTINEZ, F. *La evaluación institucional*. In CONEAU, *Lineamentos de la política de evaluación institucional*, M.C. E, Buenos Aires, 1997.
- MERCER, K. Welcome to the jungle. In RUTHERFORD, J. (org). *Identity*. Londres: Lawrence and Wishart, 1990.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Programa de Avaliação das Universidades Brasileiras. PAIUB*. MEC/SESU, Brasília, 1993.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS- INEP. *Censo do Ensino Superior – 2002. Relatório Técnico*, DEAES, Brasília, 2003.
- MORAES, M. *A identidade institucional*. Curitiba, PUCPR, 2001, mimeo
- MORIN, E. Da necessidade de um pensamento complexo. In: MARTINS, F. M. & SILVA, J. M. (orgs). *Para navegar no século XXI – tecnologias do imaginário e cibercultura*. Porto Alegre: EDIPUCRS e Sulina, 1999.
- MORIN, E. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- MORIN, E , MOIGNE, J-L. *A inteligência da complexidade*. São Paulo: Fund. Peirópolis, 2000.
- MORIN, E. A cabeça bem feita: repensar a reforma/reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez, 2000.
- MORIN, E. Por uma Globalização Plural. *Folha de São Paulo*, Caderno 1, p. 3, 2002.
- NEAVE, G. & VAN VUGHT, F. *Prometeo Encadenado. Estado y educación superior en Europa*. Barcelona: Editorial Gedisa, 1994.
- NÓVOA, A. Para uma análise das instituições escolares. In: *As organizações escolares em análise*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.
- NÚÑEZ, I. *Las Organizaciones de los Docentes en las Políticas y Problemas de la Educación Estado del Arte*, Santiago de Chile, UNESCO-REDUC, 1990.
- OTTONE, E. *Educação Brasileira*. Brasília: CRUB, volume 14, nº 28, janeiro/julho 1992.
- PRIGOGINE, I. *O fim das certezas - tempo, caos e leis da natureza*. SP: Editora INESP, 1996.
- REIMERS, E. & REIMERS, F. Where are 60 millions teachers? The missing voice in educational reforms around the world. *PROSPECTS*, vol. XXVI, Nº 3, sept. 1996.
- RISTOFF, D. Princípios do programa de avaliação institucional. *Avaliação*, Campinas, SP, ano 1, n. 1, jul., 1996.
- _____. Definições de avaliação. *Avaliação*, Campinas, SP, ano 8, n. 2, jun., 2003.
- SANTOS, B. S., (Org.). *A globalização e as ciências sociais*. S. Paulo: Cortez Editora, 2002.

SEVERINO, A. J. Fundamentos políticos da avaliação na Pós Graduação. In: *EDUFORUM. Por um modelo alternativo de avaliação da Pós Graduação Nacional*. 2002, 10 p. (mimeo).

VIRILIO, P. O resto do tempo. *Revista Famecos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, junho 1999.

YARZÁBAL, L.; VILA, A; RUIZ, R. *Evaluar para transformar*. Ed. IESALC/UNESCO, Caracas: 1999.

YARZABAL, L. *Consenso para mudança na Educação Superior*. Curitiba: Champagnat, 2002.

WALFORD, G. La Cambiante relación entre el gobierno y la educación superior en Gran Bretaña. In: NEAVE, G. & VAN VUGHT, F. *Prometeo Encadenado. Estado y educación superior en Europa*. Barcelona: Editorial Gedisa: 1994.

ZAINKO, M. A. S. et all. *A avaliação institucional na UFPR: a trajetória de uma década 1987-1997*. Curitiba, UFPR, 1998.

ZAINKO, M. A. S. *Planejamento, Universidade e Modernidade*. Curitiba, All Graf/ AUGM Editora, 1998.

_____. Dos saberes às competências: o desafio da construção da proposta pedagógica da escola. *Revista Avaliação*, ano 6, vol. 6- nº 4 (22)- dez 2001. Campinas.: Unicamp, 2001.

_____. *Educação superior, democracia e desenvolvimento humano sustentável*. Curitiba: Champagnat/ INSULAR, 2003.

_____. Seminário Internacional Avaliação Institucional da Educação Superior e reformas do Estado: o desafio da Avaliação das IES. *Revista Avaliação*, ano 8, vol. 8- nº 2 jun. 2003. Campinas.: Unicamp, 2003.

ZAINKO, M. A. S. COSTA, M. J. J. Avaliação para qual Universidade. *Revista Avaliação*, ano 9, vol.9- nº 1 mar. 2004. Campinas.: Unicamp, 2004

ZAINKO, M. A. S. & GISI, M. L. (org) *Políticas e Gestão da Educação Superior*. Curitiba: Champagnat/ INSULAR, 2003.